

Fórum
para os Sistemas
de Pagamentos
Relatório
de atividades
2022

Mai. 2023



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA



Índice

Editorial | **5**

1 Fórum para os Sistemas de Pagamentos | **6**

2 Atividades desenvolvidas | **6**

3 Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | Horizonte 2022 | **7**

Anexo 1 – Composição do Plenário do FSP em 31.12.2022 | **10**

Anexo 2 – Resultados das iniciativas concluídas em 2022 | **11**



Editorial

O ano de 2022 constituiu o horizonte para implementação integral da primeira Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho. A “Estratégia 2022” assumiu uma elevada relevância para o mercado de pagamentos de retalho em Portugal por espelhar o primeiro compromisso dos vários agentes do mercado que participam no Fórum para os Sistemas de Pagamentos, do lado da oferta e da procura dos serviços de pagamento (incluindo a Administração Pública), em torno de ações concretas tendentes à promoção do aumento da eficiência, da segurança e da inovação no setor dos pagamentos em Portugal, mantendo a acessibilidade generalizada da população às diversas soluções disponíveis.

O exercício de reflexão sobre a definição, a implementação e a monitorização da “Estratégia 2022” conduziu a um balanço bastante positivo, conforme demonstrado pelo Relatório de Atividades do Fórum para os Sistemas de Pagamentos relativo a 2022, que agora se divulga.

Os resultados materializados com a execução da “Estratégia 2022” permitem encarar os desafios futuros com confiança, certos de que, estando o setor dos pagamentos em constante evolução, muito caminho há ainda a percorrer. Foi neste contexto que o Fórum iniciou, ainda em 2022, os trabalhos de definição da segunda Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho, a “Estratégia 2025”, com publicação prevista para 2023.

A implementação das linhas de ação que estarão contidas na “Estratégia 2025” continuarão a pautar a agenda do Fórum, pelo que é essencial dar continuidade ao espírito colaborativo presente nos últimos anos e reforçar o compromisso dos vários intervenientes na prossecução de um mercado de pagamentos de retalho em Portugal cada vez mais inovador, seguro, resiliente, sustentável e inclusivo.

Hélder Rosalino

Presidente do Fórum para os Sistemas de Pagamentos

1 Fórum para os Sistemas de Pagamentos

O Fórum para os Sistemas de Pagamentos (Fórum ou FSP) é uma estrutura consultiva do Banco de Portugal que reúne os principais intervenientes nacionais da oferta e da procura de serviços de pagamento, incluindo representantes da Administração Pública.

A sua missão é contribuir para a implementação de soluções de pagamentos seguras, eficientes e inovadoras no mercado português, promovendo a sua acessibilidade generalizada.

O FSP foi criado em 2009 e renovado em 2018, com um novo **mandato**, uma nova estrutura de funcionamento e novas entidades participantes (Anexo 1 –).

Para além do Plenário, o FSP tem atualmente na sua estrutura dois grupos de trabalho:

- O **Grupo de Trabalho sobre Segurança nos Pagamentos (GTSeP)**, que visa promover a implementação generalizada de soluções de autenticação convenientes e seguras, que contribuam para a manutenção da confiança dos utilizadores nos instrumentos de pagamento; e
- O **Grupo de Trabalho para a Promoção dos Pagamentos Eletrónicos (GTPPE)**, que tem como objetivo a definição de propostas de ação que incentivem uma maior utilização dos pagamentos eletrónicos em Portugal.

2 Atividades desenvolvidas

Em 2022, foi promovida uma sessão plenária do Fórum na sua composição habitual, onde se realizou um ponto de situação dos trabalhos relativos à **Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | Horizonte 2022 (“Estratégia 2022”)** (Secção 3). Realizou-se ainda uma reunião plenária extraordinária, dedicada ao projeto do euro digital, com a participação de elementos adicionais pertencentes às instituições representadas no Fórum. Os materiais de suporte a estas reuniões estão disponíveis para consulta no **sítio institucional do Banco de Portugal**.

Os dois Grupos de Trabalho reuniram separadamente em março e, em conjunto, em junho e novembro. Estas reuniões mantiveram o foco na operacionalização das iniciativas da “Estratégia 2022” e na monitorização da sua implementação, a par do debate de temas relevantes no contexto da evolução dos instrumentos de pagamento de retalho em Portugal e na Europa.

Os trabalhos dos Grupos de Trabalho e do Plenário do FSP não se esgotaram nas referidas reuniões. É de salientar o envolvimento dos membros do Fórum na resposta a consultas promovidas no âmbito das atividades em curso, destacando-se os seus contributos para o exercício de reflexão sobre a “Estratégia 2022”, em preparação da definição da segunda Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho.



3 Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | Horizonte 2022

A “Estratégia 2022” foi publicada em 9 de novembro de 2020 com o objetivo de contribuir para a implementação de soluções de pagamento seguras, eficientes, inovadoras e de acessibilidade generalizada.

Prevê 42 iniciativas, a concretizar até ao final de 2022, organizadas em quatro pilares:

PILAR I

Promover uma sociedade mais informada

PILAR II

Potenciar os benefícios da transformação digital

PILAR III

Contribuir para um enquadramento regulamentar que promova a inovação e a eficiência

PILAR IV

Promover a adoção de soluções de pagamento mais seguras



Com base na estreita cooperação entre os membros do FSP e o envolvimento da [Comissão Interbancária para os Sistemas de Pagamentos \(CISP\)](#), entre outros parceiros, no final de 2022 todas as 42 iniciativas elencadas na Estratégia se encontravam concluídas, com entregáveis concretos. O Anexo 2 – apresenta os resultados das iniciativas concluídas em 2022. Em alguns casos, foram identificadas linhas de ação às quais não foi possível dar continuidade, nomeadamente por terem um horizonte de implementação superior ao inicialmente previsto ou por estarem dependentes do alinhamento com processos europeus em curso.

Durante 2022, para **promover uma sociedade mais informada**, o FSP elaborou materiais de esclarecimento dos utilizadores de serviços de pagamento sobre a tecnologia *contactless* e, para um público menos familiarizado com as ferramentas digitais, sobre soluções de pagamento eletrónicas.

A tecnologia *contactless* foi também abordada na perspetiva de **potenciar os benefícios da transformação digital**, com foco na disponibilização de cartões de pagamento e de terminais de pagamento automático com essa tecnologia, na análise da operativa associada a estas transações e na promoção da disseminação desta tecnologia, a par de outras soluções de pagamento eletrónicas, em operações de baixo valor e em setores específicos (como o dos transportes públicos). Neste pilar, destacam-se ainda os trabalhos técnicos relativos às transferências imediatas (limites, funcionalidades e projetos europeus



Ainda assim, o dinamismo deste setor exige um sentido de melhoria constante. Por isso, como anteriormente antecipado, e considerado no [Planeamento Estratégico 21-25 do Banco de Portugal](#), o Fórum terminou 2022 com os trabalhos preparatórios de uma nova Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho, que se prevê que seja publicada em 2023 e que vigore até 2025. A “Estratégia 2025” deverá continuar a assentar no diálogo e na cooperação entre os diferentes agentes do mercado de pagamentos em Portugal.

Anexo 1 – Composição do Plenário do FSP em 31.12.2022

Presidente: Hélder Rosalino, Administrador do Banco de Portugal

| Entidade | Representante(s) |
|---|-------------------------------------|
| ACEPI – Associação do Comércio Electrónico e da Publicidade Interactiva | Alexandre Nilo Fonseca |
| ADSE – Instituto Público de Gestão Participada | João Ramiro Loureiro |
| AFIP – Associação FinTech e InsurTech Portugal | Duarte Líbano Monteiro |
| AdP – Águas de Portugal | Sónia Pacífico |
| AMA – Agência para a Modernização Administrativa | João Dias |
| AMD – Associação Portuguesa de Marketing Directo | João Novais de Paula |
| ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses | Fernando Cruz |
| APB - Associação Portuguesa de Bancos | Norberto Rosa |
| APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição | Mónica Ventosa |
| ASFAC – Associação das Instituições de Crédito Especializado | Paulo Pinheiro |
| AT – Autoridade Tributária e Aduaneira | Olga Gomes Pereira |
| BCP - Banco Comercial Português | Rita Lourenço |
| Banco CTT | João Mello Franco |
| Banco Santander Totta | Nuno Loureiro/Pedro David |
| Brisa | Pedro Mourisca |
| CGA - Caixa Geral de Aposentações | Vasco Costa |
| CGD - Caixa Geral de Depósitos | Filipe Teixeira |
| Carris | Isabel Vasconcelos |
| DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor | Ana Tapadinhas |
| DGC - Direção-Geral do Consumidor | Ana Catarina Fonseca |
| EASYPAY – Instituição de Pagamento | Sebastião de Lancastre |
| EDP – Energias de Portugal | Paula Guerra |
| Fidelidade | Ana Cristina Malcata/Pedro Mortágua |
| Galp | Manuel Almeida Pedro |
| GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e do Mar) | Joana Almodovar |
| GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (Ministério das Finanças) | Paula Fonseca Costa |
| IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública | Rui Nascimento |
| IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social | Margarida Filipe |
| ISS – Instituto da Segurança Social | Ana Vasques |
| Jerónimo Martins | Conceição Carrapeta |
| Mastercard | Maria Antónia Saldanha |
| MEO | Gonçalo Camolino |
| Metropolitano de Lisboa | Pedro Costa |
| NOS | João Mendonça |
| Ocidental Seguros (Ageas) | Miguel Barata |
| SIBS <i>Forward Payment Solutions</i> | Teresa Mesquita |
| SONAE Financial Services | Paulo Jorge Pereira |
| SONAE MC | Jóni Marlon Marques |
| STCP | José Paulo Ferreira |
| Turismo de Portugal | Luís Araújo |
| Unicre | Bruno Barbosa |
| Visa Portugal | Gonçalo Santos Lopes |
| Vodafone Portugal | Alexandre Maurício |



Anexo 2 – Resultados das iniciativas concluídas em 2022

| | Iniciativa | Resultado |
|---|--|---|
| 3 | Desenvolver conteúdos informativos sobre as vantagens da tecnologia <i>contactless</i> e da sua utilização pelos consumidores, com plano de comunicação associado. | Foram preparados e divulgados conteúdos para consumidores, como o <i>BdP Podcast: Pagamentos contactless – faça compras de forma rápida e segura</i> e o vídeo “Muda Num Minuto” sobre a tecnologia <i>contactless</i> . As ações de comunicação sobre as vantagens da tecnologia <i>contactless</i> e da sua utilização pelos consumidores estão a prosseguir em 2023. |
| 4 | Elaborar conteúdos informativos sobre as vantagens de aceitação da tecnologia <i>contactless</i> pelas empresas, designadamente: guião da tecnologia <i>contactless</i> para empresas, FAQ e conteúdos de <i>e-learning</i> . | Foram preparados conteúdos dirigidos às empresas (guião da tecnologia <i>contactless</i> para empresas, FAQ e conteúdos de <i>e-learning</i>), que serão utilizados, ao longo de 2023, em diversas ações de comunicação. |
| 6 | Desenvolver conteúdos informativos sobre as vantagens da utilização de transferências imediatas pelos consumidores, com plano de comunicação associado. | Face à publicação pela Comissão Europeia, em 26 de outubro de 2022, da <i>proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre transferências imediatas</i> , o plano de comunicação associado a esta iniciativa foi revisto, adiando-se a publicação destes conteúdos para momento posterior à publicação do Regulamento. |
| 7 | Divulgar os materiais de informação elaborados pelo Fórum para os Sistemas de Pagamentos através dos canais de comunicação dos agentes de mercado, incluindo a Administração Pública, de forma a potenciar o seu alcance e disseminação mais abrangente. | O BdP partilhou com os membros do FSP informação de teor diverso, destacando-se, no âmbito da implementação da Estratégia, a revisão da <i>página do FSP no sítio institucional do BdP</i> e a concomitante criação da <i>subpágina de monitorização da</i> |

| Iniciativa | Resultado |
|--|---|
| | <p>implementação da Estratégia, atualizada a cada trimestre, bem como o <i>Webinar sobre a Estratégia</i>. Adicionalmente, os membros do FSP participaram na difusão destes e dos conteúdos produzidos no contexto de cada iniciativa entre os seus associados, representados e clientes.</p> |
| <p>8 Avaliar as soluções de pagamento disponibilizadas em termos de acessibilidade e introduzir as alterações necessárias para eliminar situações de exclusão de determinados segmentos da população ou setores empresariais (por exemplo, cidadãos com limitações visuais / físicas ou de acesso a rede telefónica), particularmente no âmbito da implementação dos novos requisitos de segurança introduzidos pela Diretiva de Serviços de Pagamento revista (DSP2).</p> | <p>Foram corrigidas situações de discriminação de utilizadores com limitações físicas ou acesso limitado a rede móvel, não existindo evidência de que situações similares subsistam. Continuará a acompanhar-se a disponibilização de uma solução alternativa à <i>app</i> para utilizadores que não utilizam <i>smartphone</i> e/ou não se sentem confortáveis em utilizar <i>apps</i> no contexto do comércio <i>online</i> com cartão de pagamento.</p> |
| <p>9 Assegurar a acessibilidade generalizada da população, particularmente de escalões etários mais elevados e/ou com menos propensão para as ferramentas digitais, a soluções de pagamentos eletrónicos, através da promoção de ações de comunicação próprias ou em parceria com outras entidades.</p> | <p>Realizaram-se ações de comunicação e foram divulgados conteúdos informativos de promoção do acesso mais generalizado da população a soluções de pagamento eletrónico, destacando-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) os vídeos sobre a utilização de serviços de pagamento digitais preparados no âmbito de uma parceria entre o BdP e o MUDA – Movimento pela Utilização Digital Ativa (por exemplo, sobre <i>autenticação forte do cliente</i>); 2) o <u>vídeo sobre as diferenças entre o euro digital e os criptoativos</u>; |



| Iniciativa | Resultado |
|---|---|
| | <p>3) e o BdP Podcast sobre como o BdP garante que os pagamentos funcionam.</p> <p>Estes conteúdos foram promovidos junto dos utilizadores de serviços de pagamento, dos membros do FSP (e respetivos associados e clientes) e de outras entidades relevantes.</p> |
| <p>10 Incorporar a tecnologia <i>contactless</i> nos terminais de pagamento automáticos (TPA) e garantir a sua ativação e possibilidade de utilização com cartões de pagamento e aplicações móveis.</p> | <p>Praticamente 95% dos terminais estão hoje aptos a fazer operações <i>contactless</i> através de cartões e/ou dispositivos móveis. Dado o esforço envolvido em eventuais ações adicionais mais direcionadas para “nichos de negócio” e a reduzida materialidade dos resultados dessas ações, considera-se que os agentes de mercado deverão proceder ao ajustamento final.</p> |
| <p>12 Substituir os cartões de pagamento que não tenham a tecnologia <i>contactless</i> incorporada por cartões com essa tecnologia.</p> | <p>A iniciativa foi concluída sem necessidade de ações específicas, atendendo a que: i) os novos cartões de pagamento são emitidos, na sua generalidade, com a tecnologia <i>contactless</i>; ii) o ritmo de substituição de cartões se coaduna com a evolução do mercado; e iii) existem constrangimentos materiais à substituição massiva de cartões não expirados ou cancelados, tais como os custos associados ou a escassez de microchips observada.</p> |
| <p>14 Alterar a operativa dos TPA de forma a permitir ao utilizador identificar, visualmente, que instrumentos de pagamentos <i>contactless</i> pode utilizar.</p> | <p>A dificuldade de identificação, pelo utilizador, dos instrumentos de pagamento <i>contactless</i> passíveis de serem utilizados em determinado comerciante verifica-se,</p> |

| Iniciativa | Resultado |
|---|--|
| <p>Eventual atuação regulamentar do Banco de Portugal.</p> | <p>sobretudo, nos TPA que apenas aceitam a marca MB, na medida em que apenas é possível fazer pagamentos <i>contactless</i> com recurso a <i>app</i>, mas não com cartões de pagamento. Como a marca MB passou a dispor da tecnologia <i>contactless</i> nos cartões, a dificuldade de identificação dos instrumentos passíveis de utilização deixará de ser tão relevante a prazo. A iniciativa foi concluída sem necessidade de ações adicionais. Não obstante, o tópico foi considerado no plano de comunicação sobre <i>contactless</i>.</p> |
| <p>15 Estudar um modelo que promova a aceitação de cartões de pagamento (designadamente aqueles com tecnologia <i>contactless</i>) em transações de baixo valor.</p> | <p>No relatório de implementação das iniciativas 15 e 16, preparado por <i>task force</i> dedicada do FSP, foram identificados vários projetos de aceitação de pagamentos <i>contactless</i> de baixo valor, sobretudo no segmento dos transportes públicos. Foram abordados os desafios e benefícios subjacentes aos mesmos e ainda propostas ações adicionais para a operacionalização da maior aceitação da tecnologia em casos de uso assinalados.</p> |
| <p>16 Identificar os segmentos de atividade que beneficiariam de uma implementação generalizada de pagamentos eletrónicos, bem como as ações necessárias à sua concretização (por exemplo, maior adoção da tecnologia <i>contactless</i> no segmento dos transportes públicos).</p> | <p>No relatório de implementação das iniciativas 15 e 16, preparado por <i>task force</i> dedicada do FSP, foram elencados segmentos de atividade que beneficiariam de uma implementação generalizada de pagamentos eletrónicos e identificadas algumas ações consideradas necessárias para a maior adoção destes pagamentos.</p> |



| Iniciativa | Resultado |
|---|---|
| 20 Implementar uma base de dados nacional que permita a associação entre um <i>International Bank Account Number</i> (IBAN) e <i>proxies</i> (por exemplo, número de telemóvel, <i>e-mail</i> , número de identificação civil ou número de identificação fiscal (NIF)). | O BdP conduziu um estudo prévio sobre a disponibilização da funcionalidade <i>proxy lookup</i> no âmbito do SICOI, o qual veio comprovar a exequibilidade legal e técnica da implementação do serviço. O serviço permitirá o mapeamento entre o IBAN e o número de telemóvel ou o NIPC do titular da conta, e será disponibilizado aos participantes nos subsistemas de transferências a crédito, transferências imediatas e débitos diretos. |
| 21 Adotar a marca europeia comum que venha a ser definida para a aceitação de transferências imediatas no ponto de venda. | Não tendo sido criada uma marca europeia no horizonte da Estratégia que pudesse ser adotada em Portugal, esta iniciativa foi dada como concluída, ficando eventuais próximas ações dependentes de evoluções que se venham a verificar a nível europeu. |
| 22 Adotar as soluções que venham a ser desenvolvidas a nível europeu para permitir a realização de <i>Person-to-Person mobile payments</i> (P2P), de <i>Electronic Invoice Presentment and Payment</i> (EIPP) e de <i>Request-to-Pay</i> (RTP). | A evolução a nível europeu das soluções apontadas foi acompanhada pelo BdP, não se tendo atingido um estado de maturidade tal que permitisse a efetiva adoção destas soluções. O BdP manter-se-á atento aos desenvolvimentos europeus que se vierem a registar neste âmbito. |
| 23 Estudar a possível migração das transferências a crédito SEPA para as transferências imediatas, num exercício de <i>benchmarking</i> com outros países. | Foi promovido um estudo sobre a adoção das transferências imediatas a nível europeu, que confirmou haver ainda margem de progressão até à sua plena adoção a nível nacional. Paralelamente, face à publicação pela Comissão Europeia, em 26 de outubro de 2022, da proposta de Regulamento do Parlamento |

| Iniciativa | Resultado |
|--|--|
| | <p>Europeu e do Conselho sobre transferências imediatas, considerou-se prudente suspender a adoção de medidas adicionais para a migração das transferências a crédito SEPA para as transferências imediatas e reavaliar essas medidas após a entrada em vigor do referido Regulamento.</p> |
| <p>25 Avaliar a possibilidade de as entidades credoras recolherem / gerirem ADC de forma digital, designadamente em TPA ou através de API (<i>interfaces</i> dedicadas) próprias.</p> | <p>Atualização, em 19 de dezembro de 2022, das Perguntas Frequentes em matéria de débitos diretos publicadas no portal institucional do Banco de Portugal, as quais passaram a incluir a questão: <i>São válidas as Autorizações de Débitos Diretos concedidas através de meios eletrónicos?</i></p> |
| <p>28 Rever eventuais limites de negócio existentes nos pagamentos ao Estado, que restrinjam a possibilidade de serem efetuados pagamentos eletrónicos à Administração Pública, designadamente aqueles de valor elevado.</p> | <p>O BdP preparou uma comunicação dirigida aos prestadores de serviços de pagamento (PSP), onde incentiva a disponibilização, aos clientes, de mecanismos que permitam a emissão de pagamentos eletrónicos ao Estado até ao valor permitido pelos <i>schemes</i>. O BdP irá monitorizar essa disponibilização.</p> |
| <p>29 Rever eventuais limites técnicos que restrinjam a possibilidade de serem efetuados pagamentos eletrónicos à Administração Pública, designadamente aqueles de elevado valor.</p> | <p>Considerando que os limites de gestão de risco adotados pelas instituições restringem o valor dos pagamentos a entidades públicas a um montante inferior aos limites técnicos, e uma vez que as operações acima destes limites são menos relevantes, a iniciativa foi concluída sem ações adicionais às previstas na iniciativa 28.</p> |



| | Iniciativa | Resultado |
|----|---|--|
| 30 | Estudar soluções eletrónicas para pagamentos dos cidadãos e das empresas ao Estado. | Foram analisadas possíveis melhorias a implementar nos pagamentos a entidades públicas, algumas das quais em curso, para além dos limites técnicos e de negócio verificados e estudados no âmbito das iniciativas 28 e 29. |
| 34 | Reavaliar a obrigatoriedade de os bancos pagarem cheques até 150€ nas situações de insuficiência de fundos na conta do sacador, imposta pelo Decreto-Lei n.º 454/91. | O BdP sensibilizou o Governo, através do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do Ministério das Finanças (GPEARl), sobre o nível de utilização do cheque enquanto instrumento de pagamento e sobre uma alteração legislativa ao DL 454/91, com o objetivo de eliminar esta obrigatoriedade. |
| 35 | Avaliar a viabilidade de se promover uma alteração legislativa que imponha a obrigação das empresas passarem a aceitar, em conjunto com o numerário, pelo menos um instrumento de pagamento eletrónico. | Foi realizada uma análise comparativa de alguns regimes e modelos adotados na Europa, bem como de medidas de âmbito legislativo e/ou regulamentar que promovem a aceitação de instrumentos de pagamento eletrónicos, no sentido de identificar ações concretas que incentivem o uso de instrumentos de pagamento eletrónicos e normas que limitem a aceitação e o uso de numerário. A análise foi partilhada com o GPEARl, no sentido de iniciar a discussão sobre uma eventual alteração legislativa. |
| 36 | Acompanhar a implementação do Plano Nacional de Migração para Autenticação Forte do Cliente no comércio eletrónico . | Destaca-se a publicação, em junho de 2021, de uma infografia sobre a jornada de autenticação forte do cliente , a redução das taxas de abandono dos clientes no processo de autenticação, o cumprimento dos requisitos para cartões virtuais MB NET, a evolução da implementação de <i>soft-declines</i> |

| Iniciativa | Resultado |
|---|--|
| | e a transição para a versão 2.2 do 3DS em outubro de 2022. Contudo, os agentes de mercado terão de desenvolver um último esforço para a plena adoção dos mecanismos de autenticação forte do cliente no comércio eletrónico. |
| <p>37 Reavaliar os mecanismos de autenticação forte implementados e promover a sua adaptação, de forma a reforçar a adoção de elementos biométricos e, simultaneamente, a usabilidade das soluções de pagamento.</p> | <p>Através de uma consulta efetuada aos PSP foi possível concluir que a utilização de elementos biométricos é mais comum no acesso à conta e nas compras <i>online</i> com cartão e através das <i>apps</i> de clientes privados (<i>versus apps</i> empresariais). Concluiu-se também que existe uma correlação natural entre os PSP que disponibilizam elementos biométricos e aqueles que disponibilizam <i>app</i>. Esta iniciativa foi monitorizada, sendo que, após a estabilização das soluções de autenticação forte, nomeadamente no comércio eletrónico com cartão, se prevê desenvolver nova análise.</p> |
| <p>38 Alargar a utilização da funcionalidade de validação IBAN/NIF do SICOI a outros agentes de mercado que não apenas a Administração Pública, permitindo aos ordenantes/beneficiários validar se a contraparte é titular da conta indicada.</p> | <p>O estudo prévio conduzido pelo Banco de Portugal no âmbito da iniciativa 20 incidiu também sobre a funcionalidade de confirmação do beneficiário/devedor, concluindo-se pela sua exequibilidade legal e técnica.</p> |
| <p>39 Colaborar com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa) no desenvolvimento do processo de <i>enrolment</i> e das funcionalidades da Chave Móvel Digital (CMD).</p> | <p>Foi analisada, com a AMA, a evolução da adoção da CMD em Portugal, encontrando-se em curso, em dezembro de 2022, a disponibilização de novos canais através dos quais os utilizadores podem fazer o seu <i>enrolment</i> na CMD. As evoluções relativas à revisão do Regulamento eIDAS e</p> |



| Iniciativa | Resultado |
|--|---|
| | <p>à iniciativa da Comissão Europeia para a criação da <i>European Digital Identity Wallet (EDIW)</i> e o seu impacto continuarão a ser acompanhados.</p> |
| <p>40 Fomentar a adoção generalizada da CMD pelos prestadores de serviços de pagamento nacionais, como mecanismo de autenticação, identificação e assinatura eletrónica.</p> | <p>Foi analisado o uso da CMD pelos PSP nacionais, concluindo-se que é utilizada pela maioria dos PSP para <i>onboarding</i> de clientes, para assinatura e, por muitos, para acesso à conta, embora ainda não seja utilizada para autenticação de operações de pagamento. O tema continuará na agenda, face à proposta da EDIW e à revisão do Regulamento eIDAS.</p> |
| <p>41 Desenvolver iniciativas promotoras da utilização da CMD junto dos consumidores e empresas.</p> | <p>Estas iniciativas foram discutidas com a AMA, tendo-se concluído que beneficiariam de um adiamento para que pudessem incidir sobre conteúdos mais amadurecidos (após a revisão do Regulamento eIDAS e em conformidade com a EDIW).</p> |
| <p>42 Potenciar a utilização da CMD e a sua gradual interoperabilidade no contexto europeu.</p> | <p>Mantiveram-se os esforços de harmonização com as soluções existentes no contexto europeu, visando a possibilidade de a CMD evoluir no sentido da solução de EDIW que vier a ser desenvolvida.</p> |

